

**ACTA**

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu a Vereadora Francisca Maria da Costa Abreu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereador António Salgado Almeida** – Disse estar preocupado com as medidas que, a propósito da crise, o Governo está a tomar, designadamente na área da saúde. Disse discordar do encerramento dos serviços públicos que já estão abertos (aproveitando os recursos disponíveis), dando o exemplo de Vieira do Minho. Disse, a propósito, estar preocupado com uma notícia que vem publicada sobre eventuais restrições nos cuidados de saúde prestados no período nocturno no Centro Hospitalar do Alto Ave. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Interveio recuperando um ponto da anterior reunião de Câmara, relativo ao concurso público sobre a Plataforma das Artes, atentas as declarações do Presidente de Câmara à imprensa, lendo um excerto de uma notícia no “Guimarães Digital” onde se dizia, relativamente ao

referido concurso público da Plataforma das Artes: "... o vereador do PSD, André Coelho Lima, observou que uma batalha judicial poderá comprometer os prazos para a concretização da Plataforma das Artes. O Presidente de Câmara reagiu à intervenção do Vereador do PSD. No final da reunião, António Magalhães considerou que há interesses subjacentes à tomada de posição." Em face destas declarações perguntou que interesses são esses e se, enquanto Presidente da Câmara Municipal, com as responsabilidades que tem de governo do Município, se tem conhecimento de alguma situação menos clara da qual tenha o dever de informar as autoridades competentes. Prosseguiu, ainda, lamentando a forma com que se ofendem os vereadores socialistas com aquilo que designam de "suspeições" lançadas pelos vereadores e deputados do PSD nos vários órgãos, em algumas das suas intervenções, sendo que agora, estas afirmações configuram uma verdadeira acusação, que não pode ficar sem fundamentação. Recordou que a posição que foi sustentada pelo PSD é igualmente acompanhada por pareceres jurídicos e por um voto vencido na decisão do júri, pelo que, declarou *"É bom que tenha consciência que ao fazer estas acusações, está a envolver nesta acusação todos os que neste processo perfilharam idêntica posição, nomeadamente o advogado da Câmara. Será que quis dizer que essa opinião técnica e devidamente fundamentada também foi dada com base em interesses. Se sim diga quais?"* Terminou, declarando que *"não pode ser à toa, nem de modo irresponsável, que se põe em causa a honorabilidade das pessoas, por isso, como quem estudou este assunto fui eu, o senhor vai-me dizer, olhos nos olhos, que interesses é que eu servi!"* **3 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo



texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “1 – No ano de 2011, que se inicia nos próximos dias, os portugueses e os vimaranenses vão sentir de forma mais evidente os sinais da crise, com o aumento generalizado dos serviços e bens de consumo. Para agravar ainda mais a difícil situação económica dos agregados familiares vêem-se confrontados com a diminuição dos apoios sociais e dos rendimentos do trabalho. Seria o momento adequado para que o Presidente da Câmara sensibilizasse a Vimágua para a implementação da redução de 50% da taxa de ligação dos ramais de água e saneamento, nomeadamente nas freguesias de Serzedelo e Guardizela. Com esta decisão permitiria que mais utentes se ligassem às redes públicas de água e saneamento o que originaria mais clientes para a Vimágua e mais garantias de preservação da saúde pública. Sabendo que está em curso uma acção popular contra a Vimágua, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, seria um sinal de bom senso, não esperar pela decisão judicial e avançar com a medida legítima reclamada pelas populações de redução das taxas de ligação dos ramais. 2 – O Sr. Presidente, sobre a CEC 2012, tem dito que é um projecto que une todos os quadrantes da sociedade vimaranense incluindo os partidos políticos, nomeadamente aqueles com representação no Executivo Municipal. Não foi muito agradável que enquanto vereadores não tenhamos tido a oportunidade de em primeira-mão tomarmos conhecimento da intervenção que será levada a cabo na antiga Fabrica Pátria para acolher a Casa da Memória. Sabemos que à Sociedade Martins Sarmiento foi adjudicada a concepção dos conteúdos da Casa da Memória, mas essa decisão não devia obstar a que em reunião do Executivo Municipal fosse apresentado o projecto de intervenção. 3 – Em termos de trânsito, continuamos com os problemas já

identificados e que continuam sem solução: na Alameda Mariano Felgueiras, assistimos a uma situação caricata, quando são precisos 4 (quatro) agentes da PSP para regular o trânsito numa extensão de apenas 50 metros. Está tudo dito sobre a eficácia da intervenção ali realizada com a aprovação do Executivo Socialista. Na rotunda de Mouril em Silvaes, decorridos mais um mês, assistimos a tentativas de correcção do erro cometido, mas ele foi de tal gravidade que hoje podemos garantir que aquela **intervenção foi feita sem projecto**, o que não quer dizer sem conhecimento dos responsáveis municipais, pois o envolvimento e a cumplicidade do Município é tal que apenas faz ameaças sobre os promotores imobiliários de **executar a tão afamada caução**, mas até hoje, **NADA**. Lamentavelmente os vimaranenses que diariamente passam nestas duas localidades sofrem as agruras do trânsito, as quais não seriam necessárias com um Executivo que se preocupasse mais com a preservação dos interesses da maioria dos vimaranenses e se subjugasse e condicionasse menos por outros interesses. Referiu as dificuldades das famílias em pagar o consumo de água (referiu a população de Serzedelo e Guardizela)”; **4 - Vereador Domingos Bragança** – Sobre o concurso público para a Plataforma das Artes reiterou que o júri do concurso era composto por três pessoas, tendo sido solicitado pareceres jurídicos a três advogados que habitualmente prestam serviços à Câmara Municipal. Continuou, referindo que o júri entendeu excluir por maioria a empresa FDO, realçando que dois dos pareceres jurídicos eram favoráveis à exclusão desse candidato e um era favorável à inclusão. **5 – Presidente da Câmara – a)** – Acolheu a preocupação manifestada pelo Vereador António Salgado Almeida referindo que vai inteirar-se da situação tentando fazer uma abordagem ao Conselho de Administração do



Hospital, no sentido de perceber que impacto a redução de médicos terá no atendimento. Disse, a propósito, que a Administração do Centro Hospital do Alto Ave está sempre disponível para colaborar com a Autarquia havendo, por isso, uma boa relação inter-institucional; **b)** – Sobre as declarações feitas acerca do concurso público para a Plataforma das Artes entende que se votou de acordo com a maioria do júri que, sendo constituído por três elementos, dois votam a favor e um contra, num documento suportado por pareceres jurídicos; **c)** – Quanto ao pagamento das facturas de ramal de ligação de água e saneamento disse que os habitantes de Serzedelo e Guardizela não serão discriminados positivamente e serão tratados como os restantes do concelho, acrescentando que as famílias que apresentarem dificuldades económicas não serão sujeitas ao pagamento, havendo sempre a possibilidade de as restantes efectuarem o pagamento em 36 prestações mensais; **d)** – Sobre a Casa da Memória disse que a Sociedade Martins Sarmiento está a fazer um estudo para a definição dos conteúdos de modo a adequar a reabilitação ao programa funcional que está a ser elaborado e que posteriormente será aprovado em reunião de Câmara; **e)** – Sobre as obras realizadas na Avenida Mariano Felgueiras, disse que o projecto foi executado de acordo com o determinado pela entidade responsável, a Estradas de Portugal, sendo que, acrescentando que no passado dia 31 de Dezembro o trânsito esteve estrangulado para Norte devido às obras em curso na Cruz de Pedra. **6 - Vereador Amadeu Portilha** – Disse que desde a conclusão das obras na Avenida Mariano Felgueiras que não se têm registado acidentes de viação naquela artéria da cidade. **7 - Vereador Domingos Bragança** – Sobre a Rotunda de Mouril, freguesia de Silvares, esclareceu que a mesma vai

sofrer uma intervenção profunda com a implementação da ligação à Variante de Creixomil, indicando que o promotor imobiliário da zona em causa se comprometeu a cumprir as orientações da Autarquia, não estando a demonstrar, no entanto, estar à altura das suas responsabilidades. **8 – Vereador César Machado** – Disse, sobre o trânsito, que a Polícia Municipal tem estado no terreno devido às diversas obras que estão em curso, estando a Polícia de Segurança Pública a regular o trânsito na Avenida Mariano Felgueiras com 4 agentes. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da oferta, à Cooperativa Fraterna, de brinquedos angariados pelos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho, pela Associação Académica da Universidade do Minho e pela Associação de Antigos Alunos, no âmbito da campanha “Oferece um Sorriso”; **2** – Deu conhecimento do número total de cabazes pontuais de Natal atribuídos pela Cooperativa Fraterna. **3** – Do Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente a Novembro 2010 editado pelo Governo Civil de Braga. **4** – Disse que o PAC – Posto de Atendimento ao Cidadão de Guimarães passou a BMS – Balcão Multiserviços possibilitando a realização dos seguintes serviços: pedido de 2.ª via do Cartão de Beneficiário; emissão de Declaração de IRS; consulta da Conta-corrente de Beneficiário; prestação de serviços do Automóvel Club de Portugal (ACP); prestação de serviços da Caixa Geral de Aposentações (CGA); prestação de serviços da Direcção-Geral da Saúde (DGS); revalidação de Licença de Condução de Tractores; conversão de Licença de Condução de Tractores; alteração de morada de Licença de Condução de Tractores e navegação assistida no serviço Segurança Social Directa; **5** – Disse que, no



passado dia 14 de Dezembro, foi decidido em Assembleia Geral do Centro de Computação Gráfica a participação como membro fundador da rede internacional de Investigação e Desenvolvimento Aplicado, criada no passado dia 16 de Dezembro em Kaiserslautern; **6** – Do início das actividades lectivas no Centro Escolar de Guardizela no próximo dia 3 de Janeiro; **7** – O Vereador Amadeu Portilha disse que, no âmbito da prorrogação do contrato dos Transportes Urbanos de Guimarães por um período de cinco anos, com início no próximo dia 2 de Março, o concessionário introduzira duas novas viaturas Mercedes-Benz Citaro ao serviço, na primeira semana de Janeiro de 2011, sendo que entre outras, destacam-se as seguintes características: Lotação: 107 lugares (condutor e passageiros: 1 cadeira de rodas, 34 lugares sentados e 71 de pé); Piso totalmente rebaixado em toda a área interior (low floor); Rampa rebatível na porta traseira; Espaço para cadeira de rodas com encosto e cinto de segurança; Suspensão com sistema *Kneeling*, garantindo o rebaixamento automático do autocarro do lado das portas enquanto estas permanecem abertas para entrada e ou saída dos passageiros; Ar condicionado; Motor com homologação EURO V. Informou que este investimento, num valor de € 410.000,00, aproximadamente, permitirá abater duas viaturas (97-41-ER e 97-42-ER), ambas com 16 anos. Por último, disse que durante o ano em curso os TUG adquiriram 14 veículos (novos e em 2ª mão), que permitirão baixar a idade média da frota para 9,79 anos, bem como baixar a idade máxima das viaturas ao serviço da concessão para 14 anos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Do ofício dos Transportes Urbanos de Guimarães remetendo tabela tarifária a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2011 nos

Transurbanos de Guimarães, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **2** - Dos ofícios da Assembleia Municipal números 206 a 213, datados de 10 de Dezembro de 2010, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 10 de Dezembro, das seguintes propostas: **a)** – “Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2011”; **b)** – Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, para o ano de 2011”; **c)** – Pedido de Autorizações à Assembleia Municipal relativas à execução do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2011”; **d)** – “Alterações ao regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas”; **e)** – “Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães”; **f)** – “Nomeação de Juizes Sociais”; **g)** – Protocolo a celebrar com a Fundação Cidade de Guimarães para apoio na execução da programação cultural de “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012”; **h)** – “Mapa de Pessoal 2011”; **3** – Do ofício de “Santos Carvalho & Associados, SROC, SA” remetendo, nos termos dos artigos 34 e 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, informação financeira semestral relativa à CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **4** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de Dezembro de 2010, que adjudicou o **“Fornecimento de Refeições a 4 Estabelecimentos de Ensino para o Ano Civil 2011”** ao concorrente “ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.”, pelo preço contratual de €188.496,00 (cento e





oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis euros) + IVA; **5** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Dezembro de 2010, que adjudicou a “**Prestação de Serviços – Seguro de Acidentes de Trabalho – Ano Civil 2011**” ao concorrente “Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.”, pelo preço contratual de €182.560,47 (cento e oitenta e dois mil quinhentos e sessenta euros e quarenta e sete cêntimos), isento de IVA; **6** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de Dezembro de 2010, que alienou a Joaquim Fernando Gonçalves Cunha uma parcela de terreno situada no Lugar da Mula, freguesia de Penselo, com a área de 68 m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 91/Penselo e do artigo urbano 410.º, pelo preço de €2.040,00, destinando-se a ampliação do logradouro do prédio urbano situado no referido lugar. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

**OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA EB1/JI BARCO – ERROS E OMISSÕES** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 13 de Dezembro de 2010, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Ampliação da EB1 e Jardim-de-Infância de Barco”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e

omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de erros e omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 13 de Dezembro de 2010. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1/JI DE MOSTEIRO S. TORCATO PARA CENTRO ESCOLAR – ERROS E OMISSÕES**

– Presente a seguinte proposta do vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de Dezembro de 2010, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Reconversão da EB1/JI de Mosteiro de S. Torcato para Centro Escolar”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de erros e omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de Dezembro de 2010”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por



reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE FERMENTÕES –  
OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UM MURO  
DE SUPORTE NAS MARGENS DO RIO SELHO –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Fermentões executou uma obra pública de construção de um muro de suporte nas margens do Rio Selho, no percurso da Ponte Românica, que havia sofrido uma derrocada imprevista implicando uma intervenção urgente numa extensão de aproximadamente 80 metros, solicitando, assim, um apoio da Câmara Municipal destinado a custear as respectivas despesas. De acordo com orçamento elaborado pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais o valor dos trabalhos executados importa em €6.890,00. Considerando o interesse público da intervenção numa zona patrimonial de grande valor paisagístico, não obstante não ter sido objecto de prévio protocolo com o Município, proponho que seja aprovado um Protocolo com a Junta de Freguesia de Fermentões para atribuição da verba de €6.890,00 (seis mil oitocentos e noventa euros), ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a pagar através da realização de autos de medição”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES  
A 4 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – ANO CIVIL 2011 –  
CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2010 –**

Presente, para ratificação e ulterior ratificação pela Assembleia Municipal o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Dezembro de 2010, que concordou com a seguinte informação do Departamento

Financeiro: "Considerando a necessidade e a urgência no fornecimento de refeições a 4 estabelecimentos de ensino, a iniciar-se no dia 3 do próximo mês de Janeiro, submete-se para aprovação superior o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, a ratificar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços – Fornecimento de refeições a 4 estabelecimentos de ensino – Ano civil 2011; **Preço base:** €191.488,00 (cento e noventa e um mil quatrocentos e oitenta e oito euros) + I.V.A. (12%); **Classificação económica:** 020105; **Plano:** 2.1.2.56 A; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto no artigo 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o fundamentado na informação anexa. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. À consideração superior". O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER A RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO DO ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ANCIDE – RP/14/2006** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, solicitou a cedência do edifício escolar de Moreira de Cónegos – Ancide, entretanto desactivado, com vista à instalação de um Centro de Novas Oportunidades e Cursos de Educação e Formação de Adultos, dirigida à população sem ou com baixa qualificação profissional e também para a realização de outras



acções de âmbito social. De acordo com informações prestadas pelos Serviços da Educação, tendo aquela escola sido encerrada no corrente ano lectivo, e considerando a possibilidade de atribuir novas utilizações aos edifícios escolares devolutos, deverá aquele espaço ser aproveitado para a instalação de valências educativas, culturais e sociais, que se traduzam num efectivo enriquecimento da oferta de serviços àquela população, pelo que se conclui que não há qualquer inconveniência quanto à utilização do prédio acima identificado, e seu mobiliário, para os fins pretendidos pela Junta de Freguesia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos e demais população, tendo aquela Junta pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 6 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência, à Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, do antigo edifício escolar de Ancide, registado na 2ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1540, e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1499º, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M. S.A. – PROPOSTA DE REVISÃO**

**AO PLANO DE INVESTIMENTOS** – Presente, para aprovação, uma proposta de revisão ao Plano de Investimentos da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., que se anexa. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VITRUS AMBIENTE, E.M., S.A. – LIMPEZA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA EMPRESA MUNICIPAL VITRUS AMBIENTE, E.M.,S.A. –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “A Câmara Municipal de Guimarães contratualizou com três empresas privadas os serviços de limpeza de diversos edifícios públicos, cujos prazos terminam no próximo dia 31 de Dezembro de 2010. Em Setembro do corrente ano 2010, a Câmara constituiu a empresa municipal Vitrus Ambiente E.M.,S.A., da qual é única accionista, e cujo objecto social inclui a *“limpeza e higiene urbana, nomeadamente a lavagem dos meios e dos equipamentos de contentorização e de recolha de resíduos, incluindo as ruas e praças, mercados, recintos desportivos através de varredura mecânica e manual e gestão da limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos e sanitários públicos”* (artigo 5.º, n.º 1 alínea e). Estando para breve o termo dos contratos de prestação de serviços acima referidos, havendo necessidade de se dar continuidade à limpeza dos edifícios em causa, e tendo a empresa municipal sido criada também para dirigir estes serviços, é agora necessário proceder à delegação de competências na Vitrus Ambiente, para começar a exercer estas funções a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 2011. Esta delegação de competências foi já autorizada por deliberação da Assembleia Municipal, tomada em sua sessão do passado dia 10 de Dezembro,



pelo que se propõe que a Câmara Municipal delegue na empresa Vitrus Ambiente a competência para proceder à limpeza e higiene urbanas, nomeadamente a lavagem dos meios e dos equipamentos de contentorização e de recolha de resíduos, incluindo as ruas e praças, mercados, recintos desportivos através de varredura mecânica e manual e gestão da limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos e sanitários públicos, tal como previsto nos estatutos da entidade, delegação de competências que, futuramente, integrará o contrato de gestão a assinar entre o Município de Guimarães e a empresa municipal”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e António Salgado Almeida que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Aquando da criação da empresa municipal VITRUS AMBIENTE, o PSD votou contra, por considerar ser absolutamente desnecessária a criação de uma nova empresa municipal, particularmente quando faz parte das competências de empresas municipais já existentes – designadamente a VIMÁGUA – as tarefas de que ficaria incumbida a novel VITRUS. Essa circunstância é, por si só, merecedora de censura política por parte do PSD. Por outro lado, somos politicamente contra a execução pelo Estado de serviços que possam ser, e sejam, cabalmente prestados por privados; a contratação de serviços é universalmente mais vantajosa do que a assumpção dos mesmos serviços pelo ente público. Aliás, esta prática da Câmara de Guimarães contraria inclusivamente aquelas que são as instruções do Governo, liderado pelo PS, que apela constantemente à diminuição do número de empresas municipais existentes, e ao “emagrecimento” do Estado através da retirada, do seu seio, dos serviços e das funções que não devam ser imprescindivelmente

levado a cabo pelo próprio Estado. Também nisto, a Câmara de Guimarães em sentido inverso do que aconselham as boas práticas e do que está a ser aplicado generalizadamente. O único argumento que poderia levar o PSD a votar favoravelmente este ponto, era a demonstração inequívoca de que este procedimento conduz a uma poupança efectiva quanto aos montantes actualmente despendidos com este serviço. Questionada a Câmara sobre esta matéria, o Vereador Amadeu Portilha, ainda que reconhecendo não estar suportado em estudos prévios – o que por si só é de lamentar – assegurou que a entrega deste serviço à empresa VITRUS AMBIENTE, conduzirá a uma poupança efectiva de dinheiros públicos. Por esta única razão e assente exclusivamente nesta garantia prestada pelo vereador – da qual não temos razões para duvidar, nem condições para questionar – o PSD optou pela abstenção neste ponto. Sendo que, requereremos em seguida as contas que servem de suporte à afirmação do vereador”. -----

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO INTERNO DE GESTÃO DE BENS MÓVEIS (MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO)** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “No âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas do Município de Guimarães foi proposta, relativamente à Divisão de Património Municipal, como medida de controlo eficaz dos bens móveis, a elaboração de um Regulamento de gestão dos bens municipais. Nesta conformidade, foi elaborado o Regulamento Interno de Gestão de Bens Móveis (Mobiliário e Equipamento), cujo projecto se anexa. Assim, em caso de concordância superior, deve este instrumento ser submetido à apreciação e aprovação do órgão executivo, nos termos da alínea a), do n.º 7, do art. 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,





com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACORDO DE PARCERIA DA EXECUÇÃO DO PROJECTO DE LOJA INTERACTIVA DE TURISMO/CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA** – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de Dezembro de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Turismo: "Na sequência da candidatura ao ON2, Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos Rede de Informação Turística Regional CIT – Centros de Informação Turística do Porto e Norte de Portugal, é necessária a assinatura de um Acordo de Parceria de Execução do Projecto de Loja Interactiva Turismo de Guimarães. Dando cumprimento a esta obrigatoriedade para fins de candidatura, junto se anexa minuta do acordo". **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2011 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA VIGILÂNCIA E ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS DA EB1 ESTRADA/GONÇA NO PERÍODO DE ALMOÇO** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, foi aprovado em reunião de Câmara de 16 de Dezembro de 2010 a atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo do ensino básico, a vigorar no ano civil de 2011. No âmbito desta deliberação, a verba a atribuir à Freguesia de Gonça destina-se a assegurar o funcionamento do refeitório com serviço de refeições transportadas, implementado na sede da Junta, dado que a EB1 Estrada/Gonça não dispõe de condições físicas para o efeito. Assim

e considerando que a Freguesia de Gonça assegura em viatura própria o transporte daqueles alunos para o refeitório escolar, evitando assim a sua deslocação a pé, o que se revela particularmente complicado nos períodos de frio e chuva, propõe-se, à semelhança do apoio concedido a outras entidades em situação idêntica, a atribuição de uma verba no valor de €400,00 (quatrocentos euros) mensais para acompanhamento e vigilância dos alunos na sua deslocação ao refeitório". Pelo Vereador Domingos Bragança foi prestada a seguinte declaração: "Nos termos do n.º 3 e n.º 4 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, declara-se: Que no orçamento do ano 2011 foi inscrita a verba adequada para suportar esta despesa no montante de €4.400,00 na rubrica do plano de actividades 2.1.2.56 e será cabimentada em Janeiro de 2011". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÃO DE FOTOCOPIADOR – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EB1 DE SANTA LUZIA** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "O Agrupamento de Escolas Egas Moniz informou que a Associação de Pais da EB1 de Santa Luzia, Azurém, adquiriu um fotocopador de Marca NASHUATEC, modelo 1805, com o n.º de série H6727101174, tendo oferecido aquele equipamento ao respectivo estabelecimento escolar. Assim, é solicitado ao Município que o indicado equipamento seja integrado no património municipal, e como consequência, seja assegurado o correspondente contrato de manutenção. O presente assunto mereceu concordância por parte do Serviço de Educação, atendendo a que o antigo equipamento existente na referida escola, colocado pela autarquia, apresenta um elevado desgaste, encontrando-se actualmente totalmente amortizado. O novo equipamento foi adquirido no ano de 2009, por um valor de



€1.505,05, tendo actualmente o valor contabilístico atribuído corresponde a €1.204,04, visto ter sofrido já um ano de amortizações. Assim, em caso de concordância superior, deverá o assunto ser submetido à Câmara para aceitar a doação do identificado fotocopiador, pelo valor de €1.204,04, nos termos do disposto na alínea h), nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PLANO ANUAL DE FEIRAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de Março, foi estabelecido um novo regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam. De acordo com o disposto no n.º2 do artigo 7º do Decreto-Lei acima mencionado, compete à Câmara Municipal aprovar e publicar, até ao início de cada ano civil, o plano anual de feiras e os locais, públicos ou privados, autorizados a acolher estes eventos. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove, o Plano Anual de Feiras do Concelho de Guimarães, conforme documento que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta". O Plano Anual de Feiras do Concelho dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PLANO MUNICIPAL PARA A MOBILIDADE ELÉCTRICA –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: "A 29 de Junho de 2009 o Município de Guimarães assinou o acordo para a mobilidade eléctrica com o Estado

Português, no qual se compromete como objectivo de permitir a introdução e a utilização de veículos eléctricos (VE), integrando a “Rede Piloto da Mobilidade Eléctrica”. Este acordo foi retirado pela publicação em Diário da República de 7 de Setembro de 2009, da Resolução n.º 81/2009 na qual são aprovadas as metas e objectivos do “Programa para a Mobilidade Eléctrica”, comprometendo os 25 Municípios da Rede Piloto para a elaboração de um Plano Municipal para a Mobilidade Eléctrica até ao final de 2010. Neste contexto, o Gabinete para a Mobilidade Eléctrica em Portugal (GAMEP) garantiu aos municípios envolvidos o apoio da Universidade do Minho, por forma a adoptar uma metodologia pragmática orientada para o referido objectivo, do qual resultou o documento anexo, que submetemos à aprovação do executivo”. O Plano Municipal para a Mobilidade Eléctrica dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO POMBAL**

**– FREGUESIA DE AZURÉM** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “Por deliberação camarária de 8 de Novembro de 2007, sancionada pela Assembleia Municipal em sua reunião de 23 de Novembro de 2007, a Rua do Pombal adoptou um único sentido Nascente – Poente num determinado troço, decorrente do seu perfil transversal. Contudo, decorrente do crescimento urbanístico e consequente alargamento da faixa de rodagem, submete-se à apreciação camarária a reposição dos dois sentidos no troço identificado em planta anexa”. A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR**

**SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DE MATOS**



– **FREGUESIA DE CALVOS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Calvos, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PINHEIRO – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DA SEDE** – Presente a seguinte proposta do

Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Pinheiro realizou uma intervenção de reabilitação da sua sede, a fim de melhorar os serviços de atendimento da população e procedeu a um arranjo urbanístico da envolvente para dar maior dignidade ao local que se encontrava bastante degradado, tendo solicitado apoio municipal. O investimento realizado orçou em 24 480,00€ (vinte e quatro mil e quatrocentos e oitenta euros) de acordo com o auto de medição efectuado pelo Departamento de Obras Municipais. Considerando a necessidade premente das obras realizadas e as dificuldades daquela autarquia na assunção dos encargos das obras realizadas, proponho que seja concedido à Junta de Freguesia de Pinheiro um apoio financeiro de €24.480,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta euros), ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**SUBSÍDIOS – VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO – PLACA IDENTIFICATIVA DO TÚMULO DE D. CONSTANÇA DE NORONHA** – Presente a seguinte proposta:

“Tendo a Venerável Ordem Terceira de São Francisco procedido à reposição da estátua jacente de D. Constança de Noronha, primeira duquesa de Bragança, no seu lugar primitivo – o altar-mor da Igreja de São Francisco – junto aos seus restos mortais, vem aquela Instituição solicitar o apoio da Autarquia no sentido de custear a execução de placa identificativa transcrevendo o dístico que lá teria existido, em razão da dificuldade da citada Instituição para fazer face aos respectivos custos. Atendendo ao significado e importância desta intervenção para a valorização e promoção do património do Concelho e, particularmente, daquele que é um dos monumentos mais visitados de Guimarães, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, à Venerável Ordem Terceira de São Francisco, de um subsídio de €883,00 (oitocentos e oitenta e três euros), destinado a custear a execução da placa identificativa do túmulo de D. Constança de Noronha”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL MONTE S. PEDRO – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO** – Presente a seguinte

informação da Divisão de Património Municipal: “A Associação Recreativa Cultural Monte de S. Pedro, vem solicitar a doação de mobiliário para equipar as suas instalações. Atendendo a que existe, em armazém, diverso mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação à Associação Recreativa Cultural Monte S. Pedro, do equipamento, melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-



A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20 Cadeiras com costas altas estrutura em madeira revestida a couro de cor castanha	€25,00	€500,00
1 Sofá de 2 lugares revestido a couro de cor castanha	€60,00	€60,00
2 Sofás individuais revestidos a couro de cor castanha	€40,00	€80,00
<b>Total</b>		<b>€640,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – REISADAS 2011** – Presente a

seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo “Os Trovadores do Cano”, no próximo dia 4 de Janeiro, apresenta a sua habitual iniciativa de cantar as “Reisadas” em vários pontos da cidade, incluindo nesse percurso a Câmara Municipal. Considerando o exemplo seguido nas anos anteriores, o interesse cultural da iniciativa, que concretiza uma tradição natalícia relevante, e dado que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, proponho que seja concedido um subsídio de €150,00 (cento e cinquenta euros) ao abrigo do nº6 do artigo 2º daquele Regulamento”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – COMISSÃO DE FESTAS DE SANTO AMARO – CONCURSO DE GADO BOVINO** – Presente a seguinte proposta:

“As Festas de S. Amaro que incluem uma centenária Feira Franca e um Concurso de Gado Bovino, são uma iniciativa com fortes tradições que importa preservar com grande frequência popular. Considerando o significado da Feira de S. Amaro, a primeira feira

de gado do ano, que decorre sempre em 15 de Janeiro, e a atracção que constitui na região, proponho que seja atribuída uma Taça com a denominação "Prémio Câmara Municipal de Guimarães" no concurso de gado bovino que decorrerá na referida Feira, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 02.01.15.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – FESTAS EM HONRA DE SANTA LUZIA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Comissão de Festas de Santa Luzia, freguesia de Guardizela, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, realizada nos passados dias 17, 18 e 19 de Dezembro. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €25,15 (vinte e cinco euros e quinze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE DONIM – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Comissão de Festas de Natal e do Menino/2010 solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €74,51 (setenta e quatro euros e





cinquenta e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. TORCATO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Fraternidade de Nuno Álvares solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Menino 2010, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de S. Torcato, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €43,57 (quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. CLEMENTE – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Comissão das Festividades de Natal solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €55,42 (cinquenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – FESTA DE NATAL E DO MENINO – ILUMINAÇÕES**

**PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €121,85 (cento e vinte e um euros e oitenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Irmandade de Nossa Senhora da Madre-de-Deus solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €46,84 (quarenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, a realizar entre os 15 de Dezembro de 2010 e 6 de



Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €71,55 (setenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – FESTA EM HONRA DE S. BRÁS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Brás, realizada entre os passados dias 5 e 7 de Fevereiro de 2010. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €71,55 (setenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA – DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----